

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO FISCAL E AS PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO TEMER¹

Privatizações em meio a pior crise fiscal nos últimos 20 anos: mais sintomas do fracasso econômico do governo Temer

Há um evidente fracasso da condução da política econômica do governo Temer, ilustrada pela profunda recessão, deterioração acentuada da atividade econômica, do mercado de trabalho e da distribuição de renda, além da forte crise fiscal, com o registro de *déficits* primários sucessivos (receitas menos despesas sem considerar juros) e sem perspectiva de reversão, inclusive já com 2017 e 2018 com *déficits* estimados em R\$ 160 bilhões em cada um desses anos e que podem piorar.

Porque se chegou nessa situação de forte crise fiscal?

A questão mais evidente é a de que houve (e ainda há) uma queda acelerada nas receitas totais: comparando somente junho de 2017 com o mesmo mês em anos anteriores, podemos afirmar que a receita caiu em termos reais para patamares semelhantes a 2010. No acumulado real em 12 meses, com base em junho de 2017, a queda é de mais de 11% em relação a janeiro de 2015.

Além da forte recessão, a principal base de arrecadação brasileira é fortemente concentrada em consumo e salários (impostos indiretos, ao contrário dos países desenvolvidos, que possuem um peso considerável na tributação sobre patrimônio): uma recessão econômica ininterrupta promove queda contínua do consumo e piora no mercado de trabalho e salários, com queda na arrecadação.

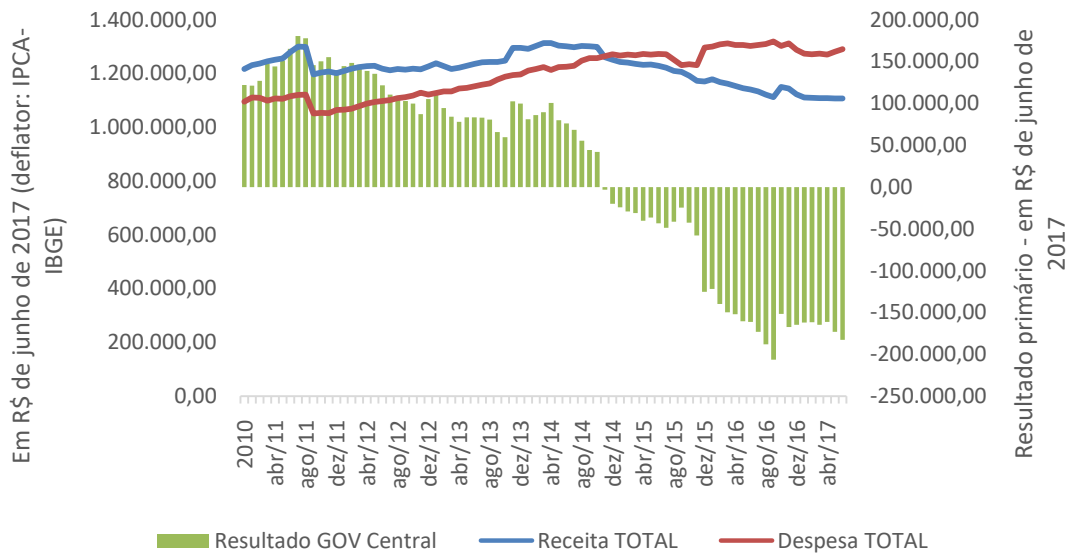
Saliente-se que atualmente há um conjunto de instrumentos favoráveis para o governo “melhorar” suas contas, evidente que a despeito da piora nas condições de vida da população brasileira: emenda constitucional nº 95 (teto dos gastos), sem reajuste da tabela do imposto de renda, sem aumento real do salário mínimo, aumento de impostos, redução de subsídios, aumento das receitas extraordinárias, como da “repatriação” de valores externos por brasileiros, entre outros, que inclusive tem feito com que as despesas primárias (sem considerar sentenças judiciais) tenham observado crescimento em ritmo menor do que os últimos anos. Ou seja, se as despesas tem tido comportamento mais discreto que o período anterior, e há uma série de instrumentos a favor do governo para evitar gastos e ampliar receitas através de impostos, o eixo de deterioração fiscal se localiza diretamente na queda acentuada de receitas promovida pela recessão.

A política recessiva ao invés de recuperar a economia, tem somente colocado o país numa espiral recessiva sem fim, com investimento e gasto privados travados pelos juros reais altos e expectativas pessimistas. O gasto público que poderia quebrar esta

¹ Elaboração: Subseção DIEESE/CUT Nacional.

lógica recessiva está contraído, com corte de gastos que deprime a economia, promove queda da arrecadação e causa piora na situação fiscal e assim sucessivamente.

Gráfico 1: Receitas, despesas e resultado primário do governo central, Brasil, acumulado em 12 meses, em R\$ de junho de 2017 (deflator: IPCA-IBGE).



Fonte: elaboração própria a partir de dados da STN.

Com esse cenário pouco otimista, dentro de uma busca incessante pelo “Estado Mínimo”, há também uma questão de sobrevivência política, já que os sucessivos *déficits* fiscais podem fazer com que o governo Temer desobedeça ao artigo nº 167 da Constituição Federal de 1988, que veta a emissão de dívida pública em valores superiores aos investimentos e que, em caso de descumprimento, se constitui como “crime de responsabilidade”, passível inclusive de impedimento do presidente da república. Além disso, há um risco cada vez maior de questionamento da solvência da dívida brasileira, ou seja, risco de “calote”.

O risco econômico e político não são desprezíveis e o governo tem buscado quaisquer formas para ampliar suas receitas.

O Programa de privatização

O governo Temer em seu programa “Ponte para o futuro” já destacava que esse seria um dos pilares de sua atuação no governo: “*executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias [privatizações], concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência*”.

Em seu primeiro dia de governo como presidente, Temer editou uma Medida Provisória (727/2016) que facilita as privatizações no Brasil, através:

1. Da retomada de um forte processo de desestatização, repassando para a iniciativa privada as empresas estatais que interessarem ao capital privado.
2. Da transformação da infraestrutura em todos os níveis federativos na nova fronteira de acumulação e lucratividade para investidores nacionais e estrangeiros.
3. Da retirada do caminho de quaisquer empecilhos (sociais, ambientais, culturais, trabalhistas) que pudessem postergar ou afetar a rentabilidade esperada pelos investidores.
4. Da construção de um braço dentro do BNDES para estruturar os projetos de privatização, para que pudessem ser financiados com recursos públicos subsidiados.

Diante do quadro de instabilidade e risco, houve no dia 23 de agosto de 2017 o lançamento de um programa de privatizações e concessões que envolvem 57 projetos, dentre eles principalmente a venda de parte da Eletrobrás (ficou de fora Itaipu porque é binacional e as usinas nucleares), além da concessão de 14 aeroportos (incluindo Congonhas em São Paulo), 16 portos e a desestatização de 2 rodovias, 4 projetos em Petróleo e gás, a Lotex (CEF) e a Casa da Moeda (responsável pela emissão de cédulas, moedas, passaportes, selos, dentre outros). O governo pretende arrecadar R\$ 44 bilhões com essa venda (ou seja, não cobrirá sequer o rombo fiscal de 2017).

Sucintamente, este programa tem como objetivo a busca por receitas extraordinárias: fazer caixa apenas para reduzir o risco de uma deterioração fiscal ainda maior. Não está no horizonte medidas anticíclicas que poderiam dar novo fôlego para a retomada da economia ou promover uma reforma tributária em direção a uma arrecadação mais justa e focada em patrimônio, medidas para redução da sonegação, ou outras medidas que avançassem no debate.

Não poderia haver motivação pior para fazer algo do tipo. O discurso é da necessidade de vender ativos (privatizar) para deixar o Estado mais “eficiente”, para que essas empresas se tornem “mais ágeis” quando se trata, na verdade, de uma tentativa de gerar caixa e diminuir os resultados negativos da dívida pública.

Essas medidas, portanto, não resolvem estruturalmente a questão fiscal, é contraproducente do ponto de vista econômico, já que abre margem para um aumento da desnacionalização do país e possível aumento de tarifas, ou mesmo, aumento de gasto público a depender do modelo de concessão. Além disso, privatizar e conceder à iniciativa privada nesse clima de “feirão” certamente estimula uma queda de preços na avaliação dos ativos.

Dentre os vários problemas colocados nas possíveis concessões e privatizações, um destaque é a privatização da Eletrobrás. Como se trata de um item básico nos custos de empresas e famílias, além da energia ser uma área estratégica no mundo, ainda mais com base hidrelétrica, limpa, como a brasileira, o risco que existe de uma desnacionalização do setor pode ter como consequências:

- Possível aumento das tarifas de energia elétrica, gerando pressão inflacionária;

- No caso do setor industrial e/ou atividades intensivas em energia elétrica, o problema se torna ainda mais grave dado que o preço da tarifa, que já é um dos maiores do mundo, pode ser ainda mais alto, promovendo um choque de custos que certamente terá pressões inflacionárias. Haverá ainda mais dificuldades para os setores eletro-intensivos;
- Quase todo sistema de geração de energia da Eletrobrás já está amortizado, ou seja, já não tem mais custos relacionados à sua implementação e, portanto, só possui custos relacionados à geração propriamente dita, tornando-a com preço mais baixo do que se fosse necessário a implementação de um novo sistema de geração;
- A proposta de privatização abre a possibilidade para empresas estrangeiras adquirirem esses ativos. Investidores chineses, nesse cenário, serão possíveis compradores, pois tem uma estratégia do Estado Chinês de aquisição de ativos na área energética e alimentícia em países como o Brasil.
- Ainda há a questão de que há em alguns setores em que há concorrência entre chineses e brasileiros, possam usar a tarifa de energia como item importante nessa concorrência.
- A desnacionalização diminuí a capacidade de planejamento e estratégia nacional,

A experiência da década de 1990, com as privatizações do setor de telefonia em 1997, por exemplo, mostra como isso pode ter efeitos negativos: temos uma das tarifas de *internet* e telefonia celular mais cara do mundo, serviços de qualidade discutível e por outro lado, a dívida pública observou aumento substancial de 1995 a 2002: considerando a dívida pública líquida, saiu de um patamar de 29,35% do PIB em janeiro de 1995 para mais de 62% do PIB em 2002².

Portanto, trata-se de uma medida desesperada, para fazer caixa, de um governo que perdeu o controle da política econômica e que, em meio a uma profunda crise fiscal sem saída à vista, lança mão de um programa de privatizações que pouco ou nada fará para melhorar as contas públicas. Transfere ao setor privado (inclusive estrangeiro) setores estratégicos, com riscos evidentes e possibilidades escassas ou nulas de qualquer ganho.

² <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38388>